



7 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 23 de janeiro de 2025

Bolsas Na quarta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na quarta-feira	Salário mínimo	Euro Comercial, venda na quarta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
-0,3% São Paulo	122.350 17/1 20/1 21/1 22/1	R\$ 5,946 (-1,40%)	R\$ 1.518	R\$ 6,195	12,15%	12,90%	Agosto/2024 -0,02 Setembro/2024 0,44 Outubro/2024 0,53 Novembro/2024 0,39 Dezembro/2024 0,52
+0,3% Nova York		Últimos					
		16/janeiro 6,053 17/janeiro 6,065 20/janeiro 6,041 21/janeiro 6,003					

CONJUNTURA

Ministro fala em “conjunto de intervenções”, mas depois se corrige. Setor defende redução de impostos e ações contra desperdício

Governo tropeça com preço de alimentos

» VICTOR CORREIA
» FERNANDA STRICKLAND

O governo federal está em busca de uma solução ágil para conter a alta nos preços dos alimentos nos mercados. Conforme o **Correio** mostrou ontem, com a pressão da inflação, itens básicos da alimentação dos brasileiros, como arroz, feijão, leite e carne, têm registrado aumentos significativos nos últimos meses. O ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, afirmou, ontem, que o governo federal tomará medidas para reduzir o preço dos alimentos. Segundo ele, a gestão vai adotar ações sugeridas pelas redes de supermercados, além de buscar produtores e ministérios para discutir o tema.

Conforme dados do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação oficial, o preço dos alimentos ficou 8,23% mais caro no acumulado de 2024, acima dos 4,83% do índice geral. Isso preocupa o governo, já que impacta o bolso da população, principalmente os mais pobres, e gera insatisfação do principal eleitorado do petista. “A princípio, nós vamos fazer algumas reuniões com o ministro da Agricultura, com o ministro do Desenvolvimento Agrário, que pega as pequenas propriedades, e o Ministério da Fazenda, para a gente buscar um conjunto de intervenções que sinalizem para um barateamento dos alimentos”, declarou Rui Costa no programa *Bom dia, ministro*, da estatal Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

O uso do termo “conjunto de intervenções” pelo ministro, porém, despertou temores sobre a adoção de ações diretas para forçar uma redução de preços, como tabelamento ou congelamento, que não deram certo no passado e geraram hiperinflação que só foi debelada com o Plano Real, em 1994. O governo,

porém, negou essa possibilidade após a repercussão negativa da fala do ministro. “A Casa Civil informa que não está em discussão intervenção de forma artificial para reduzir preço dos alimentos”, disse a nota divulgada pela pasta. “Ainda não é possível avançar no detalhamento de tais medidas antes da realização das reuniões que irão tratar do assunto”, acrescentou. À noite, o ministro ainda deu entrevista à CNN e reforçou que o governo “trabalhará em medidas para baratear principais alimentos sem queda artificial de preços”.

Na reunião ministerial de segunda-feira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) cobrou de seus auxiliares uma solução rápida para a inflação dos alimentos. “Todo ministro sabe que o alimento está caro, e é tarefa nossa garantir que o alimento chegue na mesa do povo trabalhador, da dona de casa”, enfatizou o chefe do Executivo.

Costa atribuiu a alta nos preços a questões climáticas, como as enchentes no Rio Grande do Sul, que destruíram parcela considerável da produção de arroz. De fato, eventos extremos foram a principal causa, com impacto na produção de café, carne, leite, frutas, dentre outros produtos, mas há outros motivos. O desequilíbrio fiscal, por exemplo, tem elevado a desconfiança do mercado e dado um trabalho extra para o Banco Central, que não conseguiu entregar a inflação abaixo do limite da meta, de 4,50%, no ano passado, e não deverá cumprir novamente neste ano, pelas atuais projeções.

O ministro contou que as redes de supermercados sugeriram algumas medidas e o governo vai implementá-las no primeiro bimestre deste ano. “Vamos, a partir dessas primeiras reuniões, ouvindo também os produtores, buscar medidas que consigam reduzir o preço dos alimentos”, disse. Ele ainda disse esperar que, com a safra de 2025, vários alimentos devem ficar mais

Sugestões do setor varejista

Veja as medidas que a Abras acredita que podem gerar um impacto significativo no controle da inflação

- **Venda de remédios sem receita nos supermercados:** A medida poderia reduzir os preços dos medicamentos em até 35%.
- **Modernização do sistema de prazos de validade:** Adotando o modelo “Best Before”, mais flexível, para evitar desperdícios.
- **Redução do prazo de reembolso dos cartões de crédito:** Para fortalecer o fluxo de caixa dos supermercados e diminuir custos.
- **Isonção de impostos sobre doações de alimentos:** Incentivando ações solidárias e reduzindo o desperdício de comida.



OUTRAS AÇÕES PARA UMA ECONOMIA SUSTENTÁVEL

A associação também destacou a necessidade de outras iniciativas, como:

- **Flexibilização dos contratos de trabalho e desoneração da folha:** Focando no incentivo ao primeiro emprego e na inclusão de pessoas com mais de 60 anos no mercado de trabalho.
- **Redução do desperdício de alimentos:** Com o fortalecimento de cooperativas de reciclagem e a promoção de uma economia circular.
- **Regulamentação de jogos de apostas eletrônicas:** Apontada como medida para proteger as famílias e gerar novas receitas tributárias.

Fonte: Associação Brasileira de Supermercados (Abras)

Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil



Rui Costa disse que novas medidas serão adotadas até fevereiro

baratos. Mas, na entrevista à CNN, descartou a proposta das redes de venda de produtos não-períveis com data de validade vencida.

Para Carlos Braga Monteiro,

CEO do Grupo Studio, o Executivo também enfrenta obstáculos em seu plano de recuperação econômica, pois os juros estão mais altos, encarecendo o

crédito e limitando investimentos privados. “Nesse cenário, a condução de uma política fiscal responsável será crucial para equilibrar o controle inflacionário com o estímulo ao crescimento econômico”, disse.

Segundo o CEO da Equity Fund Group, João Kepler, a previsão da inflação acima do teto da meta neste ano preocupa o mercado financeiro. “Esse resultado é um sinal claro de que as pressões inflacionárias persistem e afetam diretamente o consumidor, correndo o poder de compra e aumentando o custo de vida.”

Propostas

A Associação Brasileira de Supermercados (Abras) mostrou-se disposta a colaborar com o governo federal para enfrentar os desafios econômicos do Brasil, com foco na redução dos custos de vida, promoção da segurança alimentar e fortalecimento do

varejo alimentar, um dos principais geradores de empregos no país. As propostas foram detalhadas ao presidente Lula, no fim do ano passado, e incluem ações concretas para baratear alimentos e controlar a inflação.

Em consonância com a declaração recente do ministro-chefe da Casa Civil, que destacou a prioridade do governo em tornar os alimentos mais acessíveis, a entidade reforçou a importância de medidas específicas para aliviar a pressão inflacionária. Entre as principais propostas está a reestruturação do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) por meio do PAT e-Social, em parceria com a Caixa Econômica Federal, que poderia gerar uma economia de cerca de R\$ 10 bilhões anuais.

O presidente da Abras, João Galassi, destacou a abrangência das propostas. “As medidas que apresentamos podem gerar um impacto significativo no controle da inflação, na criação de empregos e na construção de uma economia mais justa e sustentável. Com o apoio do governo, acreditamos que essas ações beneficiarão diretamente às famílias, especialmente as de baixa renda.”

Em nota, a Abras celebrou a recente sanção da reforma tributária, que criou a Cesta Básica Nacional de Alimentos livre de impostos. A entidade acredita que essa medida será um divisor de águas na redução do custo dos alimentos essenciais e no alívio financeiro das famílias brasileiras. “A desoneração da cesta básica é um avanço histórico que vai aliviar o orçamento dos brasileiros. Mas, para tornar isso ainda mais eficaz, precisamos continuar promovendo políticas que fortaleçam a cadeia produtiva e o varejo”, afirmou Galassi. “Acreditamos que as ações propostas, se adotadas em conjunto com as políticas públicas já em curso, poderão trazer resultados expressivos no controle da inflação e na melhoria da qualidade de vida dos brasileiros”, acrescentou. Com essas medidas, a associação espera criar um ambiente mais favorável para as famílias enfrentarem os desafios econômicos, ao mesmo tempo em que promove o crescimento sustentável do varejo alimentar.

Ed Alves/CB/DA.Press



Apesar do Natal, famílias endividadas recuam para 7,7% em dezembro

CNC: inadimplência sobe para 29,3%

» RAPHAEL PATI

O fantasma da inadimplência alcançou mais famílias brasileiras no ano passado, que ainda convivem com uma alta taxa de endividamento. Em dezembro de 2024, 29,3% da população tinham dívidas em atraso, enquanto que, no mesmo mês do ano anterior, essa taxa era de 28,8%. Os dados foram publicados ontem pela Confederação Nacional de Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) na Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic).

Apesar do aumento da inadimplência, o número de famílias endividadas — que não necessariamente possuem débitos em atraso — teve recuo na comparação entre os dois anos. Em dezembro de 2023, essa taxa

era de 77,6%, enquanto que, no mês passado, a mesma taxa ficou em 76,7%, o que representa queda de 0,9 pontos percentuais na mesma base de comparação. De acordo com a CNC, a redução do endividamento pode ser atribuída a uma cautela maior dos brasileiros diante do cenário econômico com elevação da taxa básica da economia (Selic), atualmente em 12,25% ao ano, e da perspectiva de que a inflação ainda seguirá acima do teto da meta, de 4,50%. Com isso, o acesso ao crédito fica mais difícil e o custo mais elevado.

“A inadimplência é um reflexo do impacto desproporcional desses fatores sobre as famílias de baixa renda, que enfrentam juros elevados e renda limitada para abarcar o aumento dos preços. É

fundamental promover um ambiente econômico estável e políticas que ampliem a capacidade de consumo”, avaliou o presidente da CNC, José Roberto Tadros.

Mais afetados

A pesquisa também mostra que os mais pobres também são os mais afetados pelo maior custo do crédito. Quatro em cada cinco famílias (80,5%) que recebem até três salários mínimos possuíam alguma dívida em aberto no mês passado. A nível de comparação, nas famílias que a renda varia entre 5 a 10 salários mínimos, o percentual foi de 72,4%.

A diferença, no entanto, é ainda maior ao analisar apenas as famílias inadimplentes. Entre as que recebem até três salários,

37,8% possuíam dívidas em atraso, enquanto que as que ganham de 5 a 10 pisos mensais, a taxa era de 21,7%. Já nos núcleos familiares com renda total superior a 10 salários mínimos, a porcentagem de inadimplentes no fim de 2024 não ultrapassou 15%.

Para o economista-chefe da CNC, Felipe Tavares, o cenário para este ano é ainda mais desafiador, diante da perspectiva de inflação e juros ainda mais altos. “Isso tende a pressionar tanto a dinâmica do mercado quanto os custos das empresas, diminuindo a empregabilidade e afetando a capacidade de pagamento de salários, de formação de renda, e, por outro lado, encarecendo todo o custo da economia. Então os preços tendem a se elevar”, ressaltou o especialista.